



CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL • 10 A 16.10.1994

ANGOLA

General Kundy Paihama denuncia corrupção nas FAA

O general Kundy Paihama responsabilizou seus colegas de farda pela corrupção existente nas Forças Armadas de Angola. A denúncia foi feita inicialmente numa entrevista à *Revista Militar*, das FAA, que, no entanto, não a publicou. A matéria acabou saindo no *news-letter Imparcial FAX*. Uma parte da entrevista foi também publicada no *InformÁFRICA Confidencial* nº 65, de setembro de 1994. É dessa publicação que extraímos o essencial desta matéria.

General de três estrelas, Kundy Paihama é hoje o mais famoso chefe militar do Sul do país. É de origem cuanhama, embora tenha nascido na Huíla. Foi ministro da Segurança por duas vezes, além do governador do Cunene e da Huíla. É conhecido pelo seu modo frontal de falar. Atualmente é conselheiro do Chefe de Estado Maior das FAA, função que ele exerce com críticas. Como o próprio general afirma, sem meias-palavras: "Somos muitos conselheiros e ninguém tem trabalho concreto."

Perguntado se havia corrupção nas Forças Armadas, respondeu de pronto: "Há corrupção. Está à vista de todo o mundo. Agora mesmo falou-se na última reunião do Comitê Central. (...) Estão recomendando que se crie uma Autoridade Contra a Corrupção, que hoje existe em todo o lado. (...) Os militares se sentem com força. Como têm armas e força econômica até ficam arrogantes e mesmo rebeldes. Há corrupção. Há nomes que se apontam e eu não quero fazer qualquer tipo de especulação, mas se estiver com alguém que conheça, por exemplo, digo de caras que é corrupto, tem isto e aquilo. Não tenho rabo de palha e não tenho medo de dizer isto; se alguém ouvir e vier ter comigo, vamos ao debate para provar o que disse."

Perguntado pelo repórter sobre o que seria responsável, então, pelo prestígio das Forças Armadas, Kundy Paihama foi incisivo:

"Não se dá prestígio com corrupção. (...) Tenho um episódio que se refere a um carregamento de combustível e

foi para a Lunda Sul, em nome das FAA. Chegou lá e ficou para o chefe. O soldado disse para o chefe que o combustível era para a tropa e o chefe perguntou: "Sabes mais do que eu?" O combustível acabou sendo vendido no mercado paralelo e eu conheço o nome desse oficial. Na verdade, isso tira o prestígio das FAA."

O presidente José Eduardo dos Santos já afirmou, mais de uma vez, que, depois da guerra, o maior mal de Angola era a corrupção. Esse problema é já antigo. As acusações indicam que o material bélico para as FAA era comumente importado através de empresas pertencentes a generais. Em matéria publicada no *Notícias Africanas* nº 53, de 28-3-94, dávamos conta das exonerações feitas pelo presidente de dois ministros civis e do vice-chefe do Estado Maior das FAA, general Afonso Garcia "Led", tido como dos mais corruptos oficiais angolanos.

José Maria Nunes Pereira
(Pesquisador do CEEA)

NESTA EDIÇÃO

- O noticiário sobre as eleições em MOÇAMBIQUE está nas páginas 2 a 5 e 7 a 14.
- O leitor vai encontrar o noticiário sobre ANGOLA nas páginas 3, 4, 6 e 12.
 - Os PALOPs são notícia na pág. 2.
 - A ÁFRICA DO SUL está nas páginas 3 e 12.
 - Sobre ÁFRICA AUSTRAL, ler matéria na página 5.
 - Sobre a GUINÉ-BISSAU, ver a página 6.
 - Leia sobre CABO VERDE na página 6.

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Cândido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gisélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. - Assinatura anual (em dólar comercial): *Internacionais*: US\$ 250.00; *nacionais*: US\$ 200.00; *Pesquisadores*: US\$ 100.00. WE ASK FOR EXCHANGE.

Para actuar em missões de paz da ONU

Portugal e Brasil estudam "força lusófona"

PÚBLICO, 15.10.94

PORTUGAL e Brasil estão de acordo quanto à criação de uma força militar lusófona, destinada a participar em operações de paz sob a égide da ONU. Segundo fontes militares contactadas, o projecto ainda está em fase muito embrionária, ao nível das direcções políticas da Defesa e dos Negócios Estrangeiros dos países intervenientes. No entanto, o primeiro cenário para aplicação deste modelo poderá ser Angola, desde que as partes interessadas neste país e a comunidade internacional considerem a medida útil.

Da parte da ONU há completa aceitação, se se exceptuarem algumas reservas postas no domínio financeiro. Uma brigada com disponibilidade para actuação fora do respectivo território nacional sai bastante cara e a ONU queixa-se repetidamente de dificuldades de tesouraria, uma vez que os países contribuintes, mesmo os mais ricos, entregam "tarde e a más horas" as verbas necessárias a este tipo de operações.

A sugestão de Portugal foi bem acolhida, relativamente a acções de cooperação militar nos países de língua lusófona, depois

de se terem verificado suficientes dificuldades com a força multinacional da ONU colocada em Moçambique com a missão de assegurar o processo de paz. Se vier a concretizar-se este projecto, a força militar portuguesa em condições de participação deve ser encontrada na Brigada Aerotransportada Independente (BAI), unidade que já inclui no seu planeamento de instrução os módulos relativos a participação nas denominadas acções de paz.

Dificuldades e queixas

O contingente da ONU em Moçambique revelou dificuldades na relação entre a gestão política e o trabalho operacional, devidas em grande parte à imensa babel do contingente. A força de paz iniciou-se com a Brigada Alpina italiana, a que se juntou o batalhão de Transmissões portuguesas, seguindo-se unidades da Argentina, Brasil, Uruguai, Sri Lanka, Paquistão, Bangladesh, Índia, Japão, Botswana, Zimbábue, Zâmbia, França, Inglaterra. Ao mesmo tempo, a França

e a Inglaterra têm redobrado as atenções para os países de língua portuguesa encostados à sua área de influência na África.

A França faz um esforço considerável para influir em Moçambique e Angola. Uma das últimas iniciativas desenrolou-se ontem e hoje em Paris, com a realização de um colóquio cujo divisa é "Angola e Moçambique — pela paz, democracia e desenvolvimento".

O chefe da delegação moçambicana, o presidente da Assembleia da República, manifestou grande descontentamento relativamente a Portugal. Citado pela agência Lusa, Marcelino dos Santos, figura de topo da Frelimo, disse que "a cooperação com Portugal se desenvolve de forma normal", mas que seria "mais útil se essa cooperação se fizesse num quadro mais moderno e mais sério".

Marcelino diz desejar que sejam concedidas a Moçambique "condições financeiras vantajosas, a taxas de juro baixas. A cooperação deve ser feita na base da igualdade dos Estados" e, em seu entender, "não são esses os moldes da cooperação com Portugal".

O responsável moçambicano referiu-se à última visita de Cavaco Silva a Moçambique, acompanhado de uma delegação de empresários, tendo mencionado o facto de "muitos desses empresários terem interesses na África do Sul, o que foi mal acolhido pelas autoridades moçambicanas".

Esta acusação causa algum espanto em Portugal, quando se sabe que nem no tempo do "apartheid" os interesses empresariais sul-africanos deixaram de estar presentes em Moçambique. A título de exemplo citamos a África do Sul como o maior cliente da barragem de Cahora Bassa, cabendo a Portugal a responsabilidade pelo financiamento da reabilitação das linhas de transporte.

No domínio da cooperação técnico-militar, o julgamento feito por Marcelino dos Santos também é considerado infeliz. "Embora sem grande foguetório, Portugal está em vésperas de entregar formalmente instalações militares reabilitadas e novas construções que representam muitos milhares de contos, a fundo perdido." ■

César Camacho

Moçambique aguarda acordo

HENRIQUE MONTEIRO*
enviado a Moçambique

EXPRESSO, 15.10.94

O ESTABELECIMENTO de um acordo Chissano/Dhlakama «para a sobrevivência do regime democrático» em Moçambique tornou-se o principal ponto da agenda política deste país, a menos de duas semanas das eleições. A ONUMOZ e os países observadores do processo de paz, entre os quais Portugal, têm insistido na realização do encontro, já adiado por duas vezes. A última data apontada, hoje, sábado, ficou uma vez mais sem efeito. No entanto, os observadores internacionais insistem em que a reunião terá de ser feita antes do escrutínio dos próximos dias 26 e 27 e, de preferência, durante a próxima semana.

Os pontos a acordar referem-se ao financiamento dos partidos no período pós-eleitoral, estatuto da oposição e condições para receber 250 deputados na nova Assembleia da República (AR).

Este último ponto é particularmente sensível, uma vez que a AR tem menos de uma dúzia de funcionários e a sua capacidade para alojar os representantes do povo é quase nula. E ninguém sabe, por enquanto, como criar a capacidade necessária para dar condições à maioria dos deputados do Norte, sem casa em Maputo, ou como serão feitas as actas, criados os arquivos e toda a complicada máquina administrativa de um Parlamento.

Candidatos em viagem

A forma de recolher os votos, quando cerca de 8,3 milhões de moçambicanos tiverem exercido, pela primei-

ra vez, o direito de voto nas mais de três mil assembleias, foi outra das questões logísticas mais debatidas. A solução encontrada — utilizar helicópteros da Força Aérea Sul-Africana — só a custo foi aceite pelo Governo.

Enquanto em Maputo, nos bastidores, este tipo de problemas vai sendo debatido, os candidatos mantêm-se em viagem pelo Norte e Centro, repetindo pela enésima vez os habituais discursos.

Chissano, que fez campanha em Sofala, Manica e Tete, onde ainda se encontra, tem acusado a Renamo de ser a responsável pelo atraso do país, por ter «destruído as suas infra-estruturas». Dhlakama, que passou nove dias em Nampula, seguindo depois para Cabo Delgado, para estar hoje em Sofala, acusa a Frelimo de ter «dado cabo de Moçambique com os erros que cometeu. No entanto, o seu discurso foi bastante mais brando do que na semana passada — tendo prometido várias vezes jamais voltar à guerra — depois de ter sido «admoestado» por diversos observadores.

Os dois candidatos deverão voltar a Nampula onde, cada vez mais, parece decidir-se o resultado eleitoral.

Outros passos considerados positivos foram dados no decorrer da semana. O Governo concedeu, finalmente, autorização para que a ONUMOZ fizesse inspecções à Polícia de Intervenção Rápida — que a Renamo acusa de possuir material pesado de guerra — e a Renamo forneceu guias para que seja encontrado o armamento escondido em locais secretos do movimento.

Também a acomodação dos generais da Renamo que agora integram as Forças Armadas de Defesa de Moçambique foi resolvida, através do despejo de algumas famílias que ocupavam casas no bairro militar.

A maioria dos observadores crê, no entanto, que os dois movimentos mantêm homens armados no interior: a Renamo em Sofala e a Frelimo em Gaza. Outros grupos armados, compostos por militares que não obedeciam às cadeias de comando da Renamo ou da Frelimo e actuavam por conta própria, vão sendo encontrados e desmantelados. Alguns deles ameaçam, contudo, regressar ao mato, caso não sejam tratados de forma idêntica à dos militares da Renamo. (ver reportagem na Revista)

* com REFINALDO CHILENGUE

Rubrica do protocolo de Lusaca provável até ao fim de Outubro

PÚBLICO, 16.10.94

Angola aguarda a paz no próximo mês

Jorge Heitor

As chancelarias acreditam que o protocolo de Lusaca possa ser rubricado este mês, o que levaria à assinatura formal dos novos acordos de paz e ao cessar-fogo em Angola na segunda quinzena de Novembro. Mas Governo e UNITA continuam a combater-se, mormente nas áreas ricas em petróleo e diamantes.

As notícias que chegam da capital zambiana e as que vêm da mediação e dos observadores apontam para que o protocolo final das conversações de Lusaca, iniciadas há quase um ano, ainda possa ser rubricado em Outubro, abrindo caminho para um cessar-fogo formal em Angola a partir de meados do próximo mês. No entanto, tudo dependerá de as forças

mais razoáveis de um e outro lado conseguirem ou não levar a melhor sobre os "falcoes", que os haverá tanto no campo governamental como no da UNITA.

Uma vez rubricado o protocolo que resume tudo aquilo que desde Novembro do ano passado foi negociado na Zâmbia, os estados-maiores das duas partes reúnem-se dentro dos próximos 15

dias e o cessar-fogo será proclamado logo a seguir, pelo que na prática poderá haver paz em Angola daqui a um mês. É essa, em termos gerais, a ideia das Nações Unidas, que têm sido as mediadoras neste melindroso processo, e a dos observadores que as mesmas escolheram para as acolitarem: Estados Unidos, Portugal e Rússia.

O que a comunidade internacional espera é que os angolanos sejam capazes de se reconciliar, depois de dois anos de guerra pós-eleições, e de demonstrar que não é apenas na África do Sul que os diferentes partidos conseguem conjugar os seus interesses numa convivência pacífica, em prol do bem comum.

Lobito para a UNITA

Para isso, a mediação e os observadores, designadamente os portugueses, têm feito ver às duas partes em conflito que nenhuma delas conseguirá jamais uma vitória militar total sobre a outra; e que, mesmo no terreno político, não é de modo algum aconselhável que seja que partido for, mesmo que tendo consigo mais de metade do eleitorado, pretenda ficar com a totalidade do poder.

Ou seja, nem a UNITA, que há pouco mais de um ano se movimentava em três quartos do território de Angola, conseguiu manter essa vantagem no terreno, nem o governo, sob cuja alçada vive agora cerca de 80 por cento da população, deve procurar assumir por completo o controlo de todas as esferas da vida no enorme país.

Por isso mesmo é que, depois de as Forças Armadas governamentais se terem recomposto do seu desaire de há um ano e meio e ajudado a reconstituir a administração central em áreas que pareciam perdidas, o MPLA está a convencer-se pouco a pouco de que — a bem da estabilidade angolana — deverá ceder ao adversário a governação de um certo número de províncias e de municípios.

Continua na pág. 4

Mandela defende polícia

PÚBLICO, 16.10.94

ALARMADO pelo elevado nível de crime na África do Sul pós-"apartheid", o Presidente Nelson Mandela sublinhou ontem a uma audiência negra, em Voalorus, que a polícia já não existe para impor qualquer espécie de segregação racial, pelo que é inadmissível que seja atacada. E pediu à comunidade que não dê refúgio aos criminosos, antes os entregue à justiça.

Por outro lado, anunciou que a sua residência oficial em

Pretória troca o nome de Libertas pelo de Mahlambandlovu (Aurora da Nova Era).

Quase 200 polícias já foram mortos este ano e à diminuição da violência política que era comum antes das eleições gerais de Abril seguiu-se na África do Sul uma forte tendência para os casos violentos de delito comum, com dezenas de mortos por dia.

Ontem, no Soweto, o ministro do Interior, Mangosuthu Buthelezi, chefe do partido In-

katha, pediu aos seus apoiantes e aos do Presidente da República — antigos antagonistas no campo da violência política — que se mantenham agora juntos e acabem de uma vez por todas com o crime generalizado, que é o inimigo comum.

Buthelezi declarou que ele e Mandela, também ali presente, antes de ter ido a Voalorus, do outro lado de Joanesburgo, vão conduzir a África do Sul à "libertação final". ■

Soares e Lamego vigiam eleições moçambicanas

EXPRESSO, 15.10.94

HENRIQUE MONTEIRO enviado a Moçambique

A COMUNIDADE internacional prepara-se para fiscalizar as eleições em Moçambique de forma impressionante. Além dos quase seis mil capacetes azuis ao serviço da ONUMOZ, começaram a chegar a Maputo mais de 500 observadores internacionais, que irão espalhar-se pelo país para observar a liberdade e transparência das eleições dos próximos dias 27 e 28.

Entre as centenas de observadores contam-se João Soares, um dos representantes do Parlamento Europeu, e José Lamego, em nome da Internacional Socialista. Os países

dos Doze terão em Moçambique 220 enviados, entre os quais 30 portugueses e 30 alemães (os países mais representados). Da Associação dos Parlamentares Ocidentais Anti-Apartheid (AWEPA) chegarão mais 200, entre os quais o antigo líder trabalhista britânico Neil Kinnock; enquanto dos Parliamentos nacionais dos diversos países observadores (Portugal, Itália, Reino Unido, França e EUA) são esperados mais cerca de 50. Por fim, também o Conselho Mundial das Igrejas se fará representar com 60 observadores.

Entretanto, os embaixadores dos países europeus e de outros países ocidentais em Moçambique deci-

diram estar presentes em alguns dos mais importantes comícios da Frelimo e da Renamo, de forma a desincentivar a escalada de insultos e acusações que se vivem registando na campanha eleitoral.

A decisão, que terá sido tomada na reunião dos embaixadores da UE, visa pressionar os dois ex-inimigos a cumprir o código de conduta eleitoral acordado pelos candidatos.

A comunidade internacional, mantendo-se optimista, teme que o excesso de acusações de parte a parte crie um clima de instabilidade durante os dias das eleições.

Moçambique a 10 dias das eleições

Contra-ataque da Frelimo

PÚBLICO, 17.10.94

HÁ 25 dias, quando arrancou em Moçambique a campanha eleitoral para as presidenciais e as legislativas de 27 e 28 de Outubro, todos os observadores apostavam na vitória da Frelimo. Depois, os êxitos da Renamo nas províncias de Nampula e Zambézia fizeram crer que o despique seria muito mais renhido; e agora a parte governamental parece estar a recuperar terreno.

Ao cabo de 19 anos no poder como partido único, a formação de Joaquim Chissano confunde-se com o próprio Estado moçambicano e a sua influência tentacular assegura-lhe o controlo quase total de sectores decisivos, como a Segurança Pública e a Comunicação Social. Acreditava-se, além disso, até há pouco, que a memória dos horrores da guerra civil tornava impensável o voto na Renamo, internacionalmente acusada de graves violações dos direitos humanos.

A campanha principiou a 22 de Setembro e a Renamo subiu visivelmente nas duas primeiras semanas. Afonso Dhlakama optou por arrancar em força, iniciando a sua campanha na Zambézia, onde

confirmou a superioridade que as sondagens lhe conferiam naquela região do país. Idêntica oferta ao actual chefe de Estado.

A Frelimo acusou o toque, mas era um erro menosprezar a sua capacidade de recuperação. O Presidente despediu de imediato os assessores brasileiros, acusando-os de o terem induzido em erro com as suas sondagens triunfalistas. Além disso, a imagem marcadamente "classe média" da campanha teria deixado de fora as camadas mais pobres do campesinato, onde a Renamo tem encontrado muito apoio.

Fragilidades da Renamo

O tratamento de choque surtiu efeitos imediatos e as dificuldades multiplicaram-se para o frágil aparelho partidário da Renamo.

As etapas da campanha de Dhlakama passaram a ser sistematicamente alvo de contra-manifestações de apoiantes da Frelimo, perturbando os comícios e apedrejando a sua comitiva. A Renamo e outros partidos da oposição,

igualmente vítimas, acusam a Frelimo de estar com "manobras de intimidação", mas o partido governamental afirma que se trata apenas de "manifestações espontâneas". De lá passou a Nampula, a província mais populosa, que por si só elege 53 dos 250 deputados.

As sondagens realizadas pelos brasileiros da empresa de assessoria "Vox Populi", que estava a trabalhar para a campanha presidencial de Chissano, davam à Frelimo uma confortável maioria. Mas enganaram-se.

Logo à chegada a Nampula, Dhlakama foi recebido por 25 mil pessoas, que o acompanharam em festa do aeroporto à cidade. A sua popularidade, confirmada nos dias seguintes pelos distritos, deu-lhe mais confiança e ousadia. Pela primeira vez, o líder da Renamo parecia acreditar que a sua vitória fosse um cenário possível.

Até então, o antigo chefe da guerrilha manifestara-se satisfeito em ocupar uma vice-presidência, que a lei actual não prevê. O semanário pró-governamental "Domingo" revelou ontem um documento de há cerca de um mês em que Dhlakama sugeria a Chissano um acordo de revisão constitucional, que a seguir às eleições criasse o lugar de vice-presidente.

A proposta não teve andamento, mas Chissano comprometeu-se a conceder um estatuto especial e um salário condigno ao principal dirigente da oposição. E no fim da campanha de Nampula o líder da

Renamo achou-se com força suficiente para "retribuir a amabilidade", endereçando

A Comunicação Social moçambicana, quase inteiramente favorável à Frelimo, apertou com Dhlakama, para o fazer tropeçar. Os seus discursos são passados a pente fino, em busca de qualquer gafe para amplo aproveitamento, visando demonstrar que as suas juras de fidelidade à democracia são promessas vãs.

Quarta-feira, durante uma conferência de imprensa, o líder da Juventude da Renamo, Salomão Muchanga, e mais quatro companheiros desligaram-se publicamente da organização e disseram que a mesma está a ser dirigida de forma "autocrática".

Afonso Dhlakama minimizou as acusações e um dos seus assessores afirmou ao PÚBLICO que Muchanga era um agente dos serviços de segurança do Estado infiltrado na oposição desde 1991, tendo a conferência de imprensa sido minuciosamente orquestrada pela Frelimo.

Depois de ter dedicado metade da campanha às províncias de Nampula e Zambézia, as mais populosas, o chefe da Renamo era ontem esperado em Tete, proveniente do Niassa, e já só terá tempo para visitar de passagem as províncias do sul, consideradas território firme do adversário.

Fontes partidárias puseram inclusive a hipótese de não haver condições de segurança para ir a Gaza, a província onde nasceram Samora Machel e Joaquim Chissano. ■

José Pinto de Sá, em Maputo

Continuação da pág. 3

Angola aguarda a paz no próximo mês

As autoridades de Luanda foram intransigentes quando a parte contrária insistiu durante meses na governação da província do Huambo, mas agora, ao que parece, e como prémio de consolação, estariam na disposição de lhe entregar a bela cidade portuária do Lobito, de onde parte o Caminho de Ferro de Benguela, que atravessa todo o centro de Angola e vai até à fronteira com o Zaire.

Assente que está desde há muito que o partido de Jonas Savimbi vai governar as províncias de Cuando-Cubango (no sueste do país), Uíge (no norte) e Lunda-Sul (no esnordeste), a grande novidade dos últimos oito dias terá sido a cedência à UNITA, ainda a confirmar oficialmente, do estratégico município do Lobito.

Reconquista do Soyo

Município de que o regime não prescindiu é porém o do Soyo, que fica na margem sul da foz do rio Zaire e no qual se produz um terço do petróleo de Angola; os outros dois terços são da província de Cabinda, uns 80 quilómetros a norte, já depois do rio e de uma estreita faixa de território zaireense.

Uma fonte governamental disse ontem à agência Lusa que as Forças Armadas tinham reconquistado o município de N'Zeto (também conhecido por Ambrizete), no litoral da província do Zaire, e que iriam agora procurar avançar para Quinzau e o Soyo, há mais de um ano em poder da UNITA.

Entretanto, o grupo de Savimbi ocupou Chimbuan-de, na fronteira de Cabinda com a República do Zaire, e continua em combate com os governamentais numa série de outras zonas, desde a bacia diamantífera do Cuango, na Lunda-Norte, até às imediações de Caluquembe, na Huíla, perto da fronteira sueste da província de Benguela.

Apesar dos embargos internacionais à venda de armas à UNITA, considerada pela ONU principal responsável da deterioração do panorama angolano depois das eleições de 1992, esse partido tem conseguido continuar a abastecer-se no mercado internacional, designadamente por meio de comer-

ciantes que recorrem a certificados de compra alegando destinos falsos.

Por isso mesmo, por o movimento de Jonas Savimbi ser uma força imprescindível para a normalização da vida em Angola, é que as autoridades — se realmente desejarem a paz — terão de lhe entregar, com maior ou menor gosto, uns quantos ministérios, províncias, municípios e embairadas.

Além disso, conforme recomendação dos medianeiros, devem dar garantias de que Savimbi e os seus principais colaboradores poderão instalar-se tranquilamente em Luanda, sem quaisquer receios de actos como os que vitimaram Jeremias Chitunda, Salupeto Pena e Alicerces Mango. ■

OS GHORWANE E OS OUTROS

NELSON SAÛTE

O conjunto moçambicano Ghorwane está de volta. Depois do grande sucesso de "Majurugenta", lançado pela Real World em 1993, editam agora em cassete "Não É Preciso Empurrar", banda sonora da saga televisiva que retrata o país em tempo de eleições, a partir de textos do escritor Mia Couto. Com eles é toda uma geração de músicos que se multiplica em tempo de paz.

PÚBLICO, 19.10.94

O lançamento desta semana das composições da banda sonora de Não É Preciso Em-

purrrar — a primeira mini-série televisiva nacional —, pelos Ghorwane, é a mais importante notícia cultural num país que vive a azáfama pré-eleitoral. Este trabalho faz aliás parte de um

programa que visa a sensibilização das populações urbanas para o momento que se atravessa. As músicas têm como base textos do escritor Mia Couto, o autor da história da série televisiva em exibição em Moçambique.

Antes deste acontecimento, o artista José Mucavele apresentara vários espectáculos de um excelente projecto — Compassos de José Mucavele — que resultou da grande viagem que empreendeu pelo país em busca de sons. De norte a sul. O que lhe permitiu absorver os matizes vários da cultura moçambicana. Mais do que isso: produziu uma simbiose dos tecidos culturais de que se faz o mosaico etno-cultural, o que iniciara em "Atravessando Rios" (EMI-Valentim de Carvalho).

Os Ghorwane ("Majurugenta") e os Eyuphuro ("Mama Mosambiki") talvez sejam os expoentes máximos da música moçambicana — não é por acaso que estes dois conjuntos estão editados pela Real World, pela mão de Peter Gabriel. As primeiras eleições multipartidárias são em 27 e 28 de Outubro, facto que não deixa os músicos alheios. Durante muitos anos cantaram a guerra e o sofrimento. Hoje, são a paz e o futuro que estão em causa.

Curiosamente, isso não impede o "boom" que se verifica, sobretudo no sector

feminino. O caso mais flagrante é o de Zaida Lhongo que gravou, entre outros temas, "Kurufela", que acalenta as noites dos maputeneses. A sua prestação televisiva, ao lado de Carlos Lhongo, cantor e compositor, e seu marido, tem motivado algumas das controvérsias mais inquietantes sobre os limites da criatividade. É que o casal Lhongo reedita a Madonna de "Like a Virgin"...

Mas há mais nomes igualmente significativos, designadamente os de Ana Juliana, Eva Mendonça, Elsa Mangué (premiada pela Rádio França Internacional), Júlia Mwito, Zená Bakar (principal voz dos Eyuphuro), entre outros. Todas atestando sempre a pujança que a música moçambicana regista actualmente.

A Rádio Moçambique desempenha um papel importante, chancelando uma série de iniciativas editoriais. Para além disso, como aconteceu com os Ghorwane e os Eyuphuro, outros músicos atravessa(ram) os mares da continentalidade, projectando-se para além das fronteiras nacionais. O disco "Majurugenta" foi um dos maiores sucessos do top americano World Music de 1993.

O programa Masseve, da Televisão de Moçambique, transmite todas as semanas, ao domingo, os tele-discos com que promove a música local. Quase sempre se vêem e se ouvem os sucessos da terra.

Em Portugal, a música moçambicana nunca conseguiu impor-se. O arrojo dos angolanos não chega para exemplo. Não obstante, conhecem-se alguns artistas que se movem pela noite africana de Lisboa. Casos de Júlio Silva Band ("Xipala-pala" ou "Encontro", Discosorte) ou de Guilherme Silva (Discosorte). Para não falar de Pedro Ben, Costa Neto, entre outros. ■

Democracia estável

PÚBLICO, 17.10.94

O PARTIDO Democrático do Botswana (BDP), do Presidente Ketumile (Quetj) Masire, está à frente na contagem dos votos das eleições de sábado, naquela que é considerada a mais estável das democracias africanas, desde há 28 anos.

Prevê-se que o BDP se mantenha no poder, tal como tem estado desde a proclamação da independência da antiga Bechuanaiândia, em 30 de Setembro de 1966, mas agora com uma maioria parlamentar um pouco reduzida.

A Assembleia Nacional terá a partir desta legislatura 40 lugares, admitindo-se que oito ou nove possam ir para a Frente Nacional (BNF), que desde os tempos da administração colonial britânica se situa à esquerda do BDP, criado por Seretse Khama, que foi o primeiro Presidente da República.

O sociólogo Patrick Molutsi, citado pela agência Reuter, disse que o aumento de apoio para os partidos da oposição, incluindo o Popular (BPP), corresponde a um fluxo de populações rurais para as zonas urbanas, que

são essencialmente Gaborone, Francistown e Selebi-Phikwe, todas elas junto às fronteiras orientais.

Os casos de corrupção que envolvem figuras governamentais e um abrandamento do crescimento económico tendem a diminuir a forte votação que o Partido Democrático sempre tem tido, num país de grande extensão que se situa entre a Namíbia, o Zimbábwe e a África do Sul.

A maior parte do território é coberto pelo deserto do Kalahari, mas no restante há diamantes, níquel, cobre e gado exportáveis, que dão muitas divisas a uma população que não chega a um milhão e meio de habitantes.

Além disso, o turismo também contribui para que o Botswana tenha um produto per capita que ultrapassa os dois mil dólares, muito superior portanto ao de países como a Etiópia, o Ruanda ou o Malawi.

A agricultura e as exportações de carne são desde há muito controladas pelos vizinhos sul-africanos, dos quais o povo tswana está economicamente bastante dependente. ■

Governo baralha e dá de novo

PÚBLICO, 20.10.94

Fernando Sousa

Já havia consenso sobre os textos. E quase sobre a calendarização. Depois eram dois dias de conversa sobre o futuro de Savimbi e a rubrica dos papéis. Mas ontem, de repente, Luanda disse que quer falar primeiro sobre Savimbi e só depois da calendarização. Dois passos à frente, quatro atrás.

A insistência de Luanda em discutir, antes de mais, a questão da segurança e do futuro político do líder da UNITA torpedeou ontem os esforços do mediador da ONU em acertar em primeiro lugar a calendarização da aplicação do protocolo, que Alioune Blondin Beye deu segunda-feira por praticamente concluído.

Depois de ter afirmado há quatro dias que substancialmente tudo estava arrumado, que faltava apenas acertar as datas da rubrica e da assinatura, podendo a questão sobre Jonas Savimbi ser discutida mais tarde pelas

chefias militares, Alioune Blondin Beye acabou por aceitar a inscrição do problema para logo que houvesse acordo sobre a calendarização.

Ontem, já depois de ter fundido as posições das duas delegações sobre a questão das datas, apresentando a ambas um resumo que, segundo a Lusa, nem sequer ostentava aspectos essencialmente divergentes, e quando se preparava para dar aos negociadores 48 horas para se porem de acordo sobre a fase seguinte, Luanda veio dizer que afinal queria o problema de Savimbi discutido antes do do calendário.

A rádio Vorgan, a emissora da oposição armada que emite da Jamba, anunciara entretanto a reunião, no próximo fim-de-semana, da Comissão Política da UNITA, com três pontos em agenda: analisar o protocolo de Lusaca, a vida interna do partido e questões relacionadas com a situação militar.

Blondin Beye, cujo optimismo de há quatro dias fez confluír para a capital da Zâmbia dezenas de jornalistas, crenças de que tudo estava por dias, convocou ontem os delegados do Governo e da UNITA em Lusaca para saber com o que pode contar.

A delegação da UNITA afirma que o tema não faz parte da agenda negocial, posição com que a mediação concorda, apesar de

Continua na pág. 7

Primeiro Savimbi, depois a rubrica

O MEDIADOR da ONU disse ontem em Lusaca que o assunto da segurança e do futuro político do líder da UNITA, Jonas Savimbi, será discutido na capital da Zâmbia antes da rubrica do protocolo anunciado segunda-feira por Alioune Blondin Beye. Este disse então que o problema poderia ser discutido à margem do projecto e após a rubrica deste, mas, horas depois, o general Higinio Carneiro, contactado pela TSF, insistia em incluir a questão na agenda antes de concordar com o encerramento formal das negociações que se arrastam há 11 meses. Ontem, com a AFP a confirmar que Luanda não arrendava mesmo o pé da exigência, Beye disse à Lusa que afinal o problema ia ser falado durante dois dias, no máximo, antes da rubrica (pelos chefes das delegações), de que depende a assinatura (dos presidentes de Angola e da UNITA) que transformará o protocolo num acordo, a somar ao de Bicesse, e de que depende ainda um frente a frente entre as chefias militares antes da entrada em vigor de um cessar-fogo. Assim, faltam ainda duas etapas para a conclusão do protocolo e não apenas uma — a calendarização de tudo o que foi combinado. As delegações do Governo e da UNITA chegaram a receber segunda-feira uma proposta da mediação sobre o calendário do protocolo, incluindo a data da rubrica, que ontem passaram o dia a estudar. Ao contrário da UNITA, que cedo saudou o acordo anunciado por Beye, de Luanda não chegaram manifestações de optimismo, oficiais ou populares. O diário estatal "Jornal de Angola" afirmava em manchete que "o fim da guerra é um dado seguro", citando cautelosamente o mediador da ONU, e um polícia afirmava à Reuters, numa rua da capital, que "ninguém celebra porque nada aconteceu ainda". Entretanto a guerra continua: as forças governamentais anunciaram em Luanda terem morto 37 elementos da UNITA na sequência de confrontos em Quimungumba, província de Kuanza Sul, entre os dias 15 e 17, e de Cahiquembe, província de Huila, no dia 16. ■ PÚBLICO, 19.10.94

Cólera em Luanda...

PÚBLICO, 19.10.94

CINCO HABITANTES de Luanda morreram com cólera entre Julho e Outubro deste ano, anunciaram ontem os serviços de saúde angolanos. Durante este período foram detectados 60 casos de cólera nos bairros de Maienga, Sambizanga, Cazanga e Viana. As autoridades sanitárias locais lançaram uma campanha de sensibilização e prevenção contra a epidemia. Um centro médico para o tratamento de casos de cólera construído sob a égide de uma organização humanitária canadiana abriu em Setembro em Cacuaco, a 20 quilómetros de Luanda. Outros quatro centros estão em construção em Maienga e Rocha Pinto, os maiores aglomerados populacionais da capital angolana. ■

Primeiro-ministro, procura-se

O PRESIDENTE guineense João Bernardo Vieira está a ter dificuldades na escolha de um primeiro-ministro. Segundo uma fonte da Presidência citada pela Lusa, "Nino" Vieira, reconduzido em Agosto, reuniu-se já com cada um dos 15 membros da Comissão Política Nacional do PAIGC, e com todos aos mesmo tempo, mas ainda assim o consenso não existe. Num plenário, segunda-feira, houve uma votação, mas o resultado foi um empate entre Bernardino Cardoso e Manuel Saturnino Costa, respectivamente ministro dos Negócios Estrangeiros e secretário nacional do PAIGC, os dois candidatos melhor posicionados. Outro dos nomes apontados é ainda o de Manuel dos Santos, com experiência em várias pastas. ■

PÚBLICO, 19.10.94

Cavaco visita dois PALOP

CABO VERDE e a Guiné-Bissau serão os próximos destinos internacionais de Cavaco Silva. Em Cabo Verde, onde estará entre 5 e 9 de Novembro, o primeiro-ministro português avista-se com o seu homólogo Carlos Veiga e com o Presidente António Mascarenhas. A visita de Cavaco Silva coincide com a entrada em funcionamento do segundo canal da televisão cabo-verdeana, que vai retransmitir para o arquipélago a programação da RTP Internacional. Em Bissau, onde passa apenas algumas horas antes de regressar a Lisboa, o primeiro-ministro português vai encontrar-se com Nino Vieira e presidir à cerimónia de entrega de diplomas aos primeiros licenciados da Faculdade de Direito de Bissau, onde leccionam professores portugueses. ■ PÚBLICO, 20.10.94

... e em Bissau

ONZE PESSOAS morreram de cólera nas ilhas Bijagós, Guiné-Bissau, anunciaram ontem fontes governamentais. As mesmas fontes disseram ainda que o Ministério da Saúde já tomou medidas de combate à doença que passam, por exemplo, pelo controlo de todas as pessoas que chegam a Bissau provenientes de Bijagós. Entretanto, mais onze pessoas morreram com cólera nas ilhas de Bubaque (seis) e Uno (cinco). A primeira notícia de cólera no país surgiu o mês passado no semanário "Correio da Guiné-Bissau", que relatava a existência de cólera na cidade de Cacine, junto à fronteira com a Guiné Conakri. Segundo a agência Lusa, até ao momento já foram detectados 66 casos de cólera nas Bijagós. ■

Armas à solta e vitórias antecipadas

PÚBLICO, 20.10.74

Luís Pedro Nunes
em Maputo

Os milhares de armas por recolher e a radicalização dos discursos adversários são dois pontos marcantes da noite final de campanha para as eleições presidenciais e legislativas em Moçambique, daqui a uma semana. Tanto o líder do Frelimo, Joaquim Chissano, como o da Renamo, Afonso Dhlakama, estavam entusiasticamente vitórias, mas os resultados são uma incógnita total. Na disputa verbal, Dhlakama vai mais longe e é o tal que, se não ganhar, é porque houve fraude, lamentando assim o fracasso de não reconhecimento das instituições eleitorais. No entanto, e sem abandonar as ricas barreiras ao processo, um cenário de vitória é analisado ao de Angola parece muito longe da realidade.

A uma semana das eleições presidenciais e legislativas de Moçambique, que a Comissão de Censar-Fogo (CCF) reconheceu que não conseguirá verificar todas as instalações militares indicadas pelo Governo e pela Renamo para proceder à recolha de armas. A data limite era precisamente hoje, 20 de Outubro. A consequência mais evidente é que, mesmo depois das eleições, haverá no país muitos arsenais por desmantelar.

A Comissão está de tal forma atrasada que até na noite que antecede as eleições irá proceder a verificações. O presidente da CCF, o coronel Giorgio Segala, admitiu que dos 725 locais planeados apenas 483 foram visitados. Além, dos 144 locais secretos declarados pela Renamo só 40 por cento foram inspeccionados pela Comissão. Quanto-se também de que os homens da Renamo que sabiam da sua localização precisavam demonstrá-los, sendo es-

sem muito difícil a sua detecção.

E existe, além disso, toda uma série de arsenais não declarados à Comissão mas que têm vindo a ser descobertos. Só da Renamo, para além das mais de 40 mil armas devolvidas, a CCF descobriu 12 mil que não tinham sido declaradas. "Além das estimativas iniciais — 17 mil armas —, acho que há ainda muitas mais para serem recolhidas", disse o coronel Segala. Já foram apreendidas 120 mil armas pelo que, se só existissem as oficialmente declaradas, estariam 55 mil por recolher.

Dhlakama e o voto étnico

Por outro lado, aguarda-se com expectativa os discursos finais dos principais candidatos à Presidência da República. O líder da Renamo deverá orientar o seu discurso eleitoral para o chamado voto étnico ou regional, acusando o Sul do país de monopolizar todos os lugares do aparelho de Estado.

Na última semana, Dhlakama fez várias declarações nesse sentido, algumas delas verdadeiras "gafes" que ele demorou a corrigir. Na província do Niassa, o líder da Renamo, citado pelo Rádio Moçambique, disse que, se ganhar as eleições vai deportar todos os moçambicanos da etnia changuana, incluindo o actual Presidente da República, Joaquim Chissano, para o Casaruaçu, na África do Sul, território de onde os antepassados deles eram oriundos. E só ontem Dhlakama afirmou que as suas declarações tinham sido deturpadas.

Dhlakama — que já chegou a afirmar que podia paralisar o país em 24 horas e fazer "war" contra, se quisesse optar pela violência, o que garante não estar nos seus planos — parece querer corrigir um pouco a trajetória ao afirmar que, se ganhar as eleições multipartidárias, não irá prender nem perseguir seja quem for por ter pertencido "ao regime marxista da Frelimo". "Não quero cometer os mesmos erros que a Frelimo cometeu depois da independência."

As "ameaças" do líder da Renamo (algumas delas citadas unicamente pela agência de informação do Estado) não foram desmentidas empoladas, embora a Frelimo tenha obviamente reagido, acusando Dhlakama de tribalismo. As palavras dele reflectem, contudo, uma realidade: é um país com o Norte muito mais populoso do que o Sul, mas onde são os nativos do Sul, onde se localiza Maputo, com todos os infra-estruturas

educacionais de uma capital, que detêm a maioria dos cargos governativos do país.

Além, num mês de campanha eleitoral, nenhum dos candidatos à Presidência dos dois principais partidos — Frelimo e Renamo — se aproximou ainda da área da capital. Toda a campanha eleitoral se tem desenvolvido no Norte e Centro do país e Maputo tem estado praticamente esquecida e abandonada pelos políticos, com excepção dos pequenos partidos, que não têm estruturas nem capacidade para alargar a sua campanha para além da capital e que, por outro lado, têm como alvo preferencial o voto urbano.

Chissano está agora a acerrar-se da capital, onde está por método um grande "showroom". Dhlakama chega hoje, não estando ainda previsto qualquer comício, mas, sim, contactos em determinadas beiras. A seguir, o líder da Renamo segue para a Beira, onde espera terminar apodoticamente a sua campanha eleitoral.

Os pequenos partidos tiveram dificuldades suplementares nestas campanhas, dado que viram muitas das suas bases saltadas. A TVM, a televisão estatal, que demonstrou um esforço de abertura, chegou a emitir imagens de uma funcionária da Frelimo a distribuir cartazes de Chissano a crianças e jovens, perto de um monumento do pequenissimo Partido de Convergência Nacional, o que acabou por invalidar a acção. Por diversas vezes os partidos se queixaram deste tipo de acção.

Pequenos incidentes multiplicaram-se pelo país, embora nunca atingindo proporções graves. Os incidentes de maior vulto registaram-se com o candidato da Renamo, que viu uma das suas viaturas e o seu helicóptero apreendidos por duas vezes. Para além de um falso alarme de bomba, o incidente mais grave com a comitiva de Chissano deu-se quando uma mina explotou numa estrada três horas depois de por ali ter passado o candidato da Frelimo e actual Presidente da República. Em todos os casos, ambos os candidatos responderam os acontecimentos.

Cimeira adiada

Para muitos observadores, Chissano e Dhlakama deverão reunir-se nos próximos dias para diminuir o clima de tensão entre

Continuação da pág. 6

Governo baralha e dá de novo

ter acionado discutido antes da reunião, e que tent de ir ao Hamburgo para receber instruções uma vez que não está preparada. Luanda defende uma proposta concedendo a Savimbi um salário e regalias sociais idênticas às do primeiro-ministro, ao abrigo do estatuto de líder do principal partido da oposição, ponto que quer conversado antes do desdote.

A insistência do Governo do Presidente José Eduardo dos Santos coincide com espoliações várias sobre o estado de saúde de Jonas Savimbi, umas a admitir que recebeu tratamento médico numa hospital de Marracos, outras em São Tomé e Príncipe.

Terça-feira à noite, o correspondente da Reuters em São Tomé anunciou, citando um dos elementos da equipa do Hospital Agostinho Neto, que o líder chegou à ilha no dia 2, a bordo de um avião com distintivos norte-americanos, com ferimentos "na parte direita do corpo, aparentemente em resultado de uma explosão".

Em declarações à Lusa, quer o administrador delegado do hospital santonense, o médico português Sá Ferreira, quer o chefe de gabinete do Presidente Trovoada, Gabriel Costa, negaram que Savimbi tenha lá estado.

"Alguém andou a brincar com os jornalistas" resumiu em Luanda o chefe da delegação da

oposição armada, Eugénio Munuakola, afirmando que Jonas Savimbi "nunca em toda a sua vida" esteve em São Tomé. "Asistimos hoje, com indignação, à divulgação pública de manuseios de assessorio do presidente da UNITA, Jonas Savimbi", lê-se no boletim "Resposta", editado em Lisboa e com páginas próximas daquele partido.

No terreno, o diálogo é o da armas. Uma frute governamental disse à Lusa, sem Luanda, que se registaram combates nas províncias de Huila (localidades de Hoque e Cabunguebe), Cuanza Sul (localidade de Quiquinga), Cuando Cubango (município de Merongue e localidades de Cuchi e Ocatulo), Lunda Norte (Cafuná, com a UNITA a convocar forças em Chingil Lambo, Chamaze e Tshiboa) e Cahinda, enquanto centenas de milhares de refugiados da região de Huambo estão privados de tudo um pouco.

Segundo um relatório do Comité Internacional da Cruz Vermelha, outra divulgado em Luanda, a persistência dos combates na região centro de Angola impede toda a assistência humanitária às populações civis, calculada a organização que uma "censura" pode cair sobre mais de 250 mil pessoas se "os protagonistas do conflito" não derem garantias que permitam o restabelecimento da assistência internacional. ■

Continua na pág. 8

Continuação da pág. 7

Armas à solta e vitórias antecipadas

tente, que é tida como inevitável com o aproximar dos dias das eleições. Mas tanto um como outro recusaram a ideia, alegando que o calendário de campanha não o permitiria nem haveria interesse em tal "cineira". Contudo, o boletim "MediaFax" de ontem garantia que tal reunião esteve quase a realizar-se. Chissano terá dito em conferência de imprensa, em Inhambane, que o encontro ficou inviabilizado porque, "quando o avião da Onumuz ia buscar o líder da Renamo, este não estava informado sobre o encontro".

Os homens de Chissano têm acusado a comunidade internacional de estar a pressionar o actual Presidente para que, em caso de vitória, forme um governo de unidade nacional. Em diversos momentos, Joaquim Chissano recusou a ideia, acusando a comunidade internacional de, afinal estar a querer implantar em Moçambique um sistema político de democraticidade duvidosa, em que o vencedor concederia

"direitos" governativos ao partido vencedor.

Insistentemente questionado sobre o assunto, Chissano tem tornado a questão, dizendo que chamará ao seu executivo "personalidades individuais competentes", mas que nunca convidará partidos. A Afonso Dhlakama prometeu "segurança, tratamento protocolar, alojamento e um salário condigno", compatível com o de principal líder da oposição.

A campanha eleitoral acabou por ser bastante repetitiva e monótona, dadas as especificidades do país. Embora Chissano e Dhlakama tenham transportado consigo enormes comitivas de jornalistas, os discursos nos comícios acabaram por ser quase sempre idênticos. Os meios de comunicação social chegam a uma parcela mínima da população. A televisão é vista em apenas três províncias (e praticamente só nas capitais e por uma minoria) e os jornais, poucos e muitas vezes vinculados ao partido no poder,

vão chegando ao país às vezes com uma semana de atraso, dependendo da regularidade dos voos da LAM (Linhas Aéreas de Moçambique).

Incógnitas até à votação

Nenhum dos dois candidatos, por outro lado, aceitou falar de cenários como o de uma maioria Frelimo e um Presidente Renamo ou vice-versa. Para ambos os candidatos não é aceitável nesta altura nenhum cenário que não a vitória do seu partido, tanto das legislativas como nas presidenciais. Aliás, o líder da Renamo começou a campanha afirmando que, se tiver menos de 35 por cento dos votos, é porque se terá registado fraude eleitoral. E, em Nampula, foi mais longe, afirmando já ter ganho as eleições. "Caso aconteça o contrário é porque houve fraude e aí não vamos reconhecer [as eleições]. Não voltamos à guerra, mas não vamos reconhecer."

Quanto à composição de hipotéticos executivos, também reina a incógnita. Em relação à Renamo, a questão é saber onde é que o partido irá buscar os quadros para formar governo, caso ganhe. A Frelimo, por seu lado, fala na "evolução na continuidade" e promete novidades, quadros competentes e que ainda não ocuparam lugares governativos. A oposição pergunta porque é que a Frelimo, se tem de facto esses quadros competentes e imputos, ainda nunca os colocou a governar, em 20 anos de poder.

Certo é que ninguém arrisca qualquer prognóstico sobre os resultados das eleições e sobre as reacções que se seguirão. O representante do secretário-geral das Nações Unidas, Aldo Ajello, garante que se encontra tranquilo, não acredita na "angolarização" do país e, brevemente, apertará a mão ao Presidente da República eleito democraticamente, apanhando seguidamente "o primeiro avião para Nova Iorque". ■

Comentário

Optimismo armado

PÚBLICO, 29.10.94

José Pinto de Sá
em Maputo

A UMA SEMANA das primeiras eleições democráticas, parece abusivo prever para Moçambique um cenário de violência semelhante ao ocorrido em Angola. A capacidade de consenso mostrada até agora por Chissano e Dhlakama nas situações de crise permite legitimamente esperar mais. Além disso, o contexto internacional parece claramente desfavorável a mais aventuras militares na região.

Isso não significa, contudo, que a actual situação seja isenta de riscos. É obrigatório reconhecer, por exemplo, que o processo de controlo de instalações militares e depósitos de armas não poderá estar terminado até ao escrutínio. O coronel Giorgio Segala, presidente da Comissão de Cessar-Fogo, já concedeu que a verificação não poderá ser concluída hoje, contrariamente ao calendário de paz em vigor. Aquele responsável da Onumuz confirmou que o processo se prolongará até à véspera do escrutínio, reconhecendo no entanto que apenas foram fiscalizados cerca de 65 por cento dos locais planeados.

Apesar de ser o Governo quem mais insiste na necessidade de "activar os mecanismos de verificação por parte da Onumuz", a sua disponibilidade para uma política de "portas abertas" parece tão esguita como a da Renamo, que tem repetidamente acusado de esconder depósitos de armamento por todo o país. Semanas atrás, quando um oficial português da Civpol (polícia civil da Onumuz) forçou a sua entrada nas instalações da Casa Militar da Presidência da República para verificação, as autoridades consideraram o gesto como abusivo e de lesa-soberania e reagiram com veemência.

Além do processo de verificação das instalações militares, a eventual formação de um governo de unidade nacional e as garantias de segurança para a futura oposição constituem de momento os principais pontos de discordância entre o governo da Frelimo e a comunidade internacional, incluindo a ONU.

A deterioração das relações entre as autoridades moçambicanas e a ONU data já de alguns meses, mas tem vindo a acentuar-se de modo preocupante nas últimas semanas. O último episódio da escalada foi despoletado pela agência estatal AIM, noticiando que uma Onumuz distribuiu material de propaganda eleitoral de Afonso Dhlakama à região de Bobole, a cerca de trinta quilómetros de Maputo. A notícia, embora recebida com natural incredulidade nos círculos diplomáticos, originou de imediato a abertura de um inquérito. Caso a alegação se confirme, os responsáveis serão imediatamente expulsos da Onumuz, afirmou peremptoriamente o "número um" das Nações Unidas em Moçambique, Aldo Ajello.

Muito embora seja geralmente aceite que tanto o Governo como a Renamo preservam efectivos, instalações militares e depósitos de armamento que não declararam às Nações Unidas, tal gesto tem sido considerado mais como medida preventiva do que como parte de um plano insurreccional premeditado.

Na verdade, a questão prende-se directamente com a problemática da segurança da oposição depois do escrutínio. Assumindo que sairá vencedor das eleições, Joaquim Chissano já prometeu que concederá a Afonso Dhlakama um estatuto e um vencimento condignos, mas tem-se recusado a aceitá-lo previamente como vice-presidente. O líder da Frelimo também se mantém inflexível relativamente à formação de um Governo de Unidade Nacional depois das eleições.

Lançada pela Renamo, a ideia do GUN teve a adesão de quase toda a "oposição não armada" e encontrou ecos muito favoráveis na comunidade internacional e nas Nações Unidas, onde conta com o apoio do próprio Butros-Ghali. Fortemente pressionado, o Governo de Maputo manifesta-se agora disposto a incluir no futuro gabinete personalidades exteriores à Frelimo.

"A escolha vai recair sobre indivíduos", esclareceu Joaquim Chissano, precisando que os mesmos serão seleccionados independentemente da sua sigla, desde que aceitem o programa da Frelimo e a disciplina do Governo.

Mesmo assim, parte da comunidade internacional ainda se manifesta insatisfeita com tais declarações de princípio, insistindo para que um compromisso seja firmado antes do escrutínio. Até ao momento Maputo tem recusado, mas resta saber se poderá continuar a suportar a pressão ou se acabará por ceder, à semelhança do que já fez quanto à participação da aviação sul-africana no processo eleitoral. A luz de um acordo assinado há três dias, helicópteros da força aérea da África do Sul irão encarregar-se do transporte das urnas e outros materiais eleitorais antes e depois do escrutínio, por forma a "trazer maior credibilidade e transparência" às eleições.

Inicialmente o Governo moçambicano rejeitara as propostas da comunidade internacional nesse sentido, mas acabou por aceder para não ficar marginalizado, já que o acordo estava de qualquer modo a ser negociado entre a Comissão Nacional de Eleições e a força aérea sul-africana.

Tanto a África do Sul como os Estados Unidos desejam ver confirmada a estabilidade necessária ao relançamento económico e têm investido forte nisso. Ainda há dias, o embaixador norte-americano em Maputo afirmou que o seu país não pode "simplesmente ratificar o processo e ir-se embora", depois de ter gasto 500 mil milhões de dólares em Moçambique. "Queremos ver as mudanças." ■

Os candidatos à Ponta Vermelha

PÚBLICO, 20.10.94



Domingos Arouca
DUZE POLÍTICOS aspiram a ocupar o Palácio da Ponta Vermelha, a residência oficial dos chefes de Estado moçambicanos, em Maputo.

Domingos Arouca

O DECANO dos políticos moçambicanos nasceu há 60 anos em Inhambane e trabalhou como estruturante e enfermeiro para pagar os estudos, acabando por se licenciar em Direito na Universidade Clássica de Lisboa. Acusado de dirigir a rede clandestina da Frelimo no Sul do país, foi preso pela PIDE em 1965, conduzido e encarcerado durante seis anos. Opôs a orientação marxista assumida pela Frelimo depois da independência, exilou-se em Portugal, onde fundou a Frente Unida de Moçambique (FUNU), Democracia Cristã moçambicana. Domingos Arouca defende a criação de uma comunidade de estados de língua portuguesa.

Vasco Campira

NASCIDO no dia de Natal de 1933, em Marracuene (Sofala), Vasco Campira estudou desenho e pintura na Rodas, Congo Belga e Portugal. Em 1964 viajou clandestinamente para a Tanzânia e juntou-se à Frelimo, que o mandou estudar na União Soviética. Desarticulado da política marxista, Campira regressou a Moçambique em 1974, iniciando contactos com as autoridades portuguesas. Preso por altura da independência, foi encarcerado na cadeia da Machava, onde permaneceu durante cinco anos sem culpa formada. Em 1980 fundou o Partido da Convergência Nacional (PCN), que abandonou pouco depois para criar o Partido da Convergência Democrática (PCoD).

Joaquim Chissano

FUNDADOR e guerrilheiro destacado da Frelimo, nasceu em Lalém, na província de Gaza, em 1939, em 1959, em Portugal e França antes de se dedicar por inteiro à luta nacionalista. Depois da independência ocupou durante 11 anos a pasta dos Negócios Estrangeiros nos sucessivos governos de Sá Carneiro, vindo a substituí-lo na Presidência da República em finais de 1986. Sob a sua direcção a Frelimo abandonou a orientação marxista-leninista e optou pelo multipartidarismo. Assinou as conversações entre a Re-



Joaquim Caluquene
nismo que culminaram com a assinatura dos acordos de Roma, conducentes ao actual processo eleitoral.

Afonso Dhlakama

O LÍDER da Renamo nasceu a 1 de Janeiro de 1963, filho primogénito do régulo de Mangoché, em Sofala. Adriu à Frelimo em 1972 e combateu na guerrilha até à independência. Depois de cursar contabilidade, foi nomeado responsável pela Intendência Militar na sua província natal. No ano seguinte, discordando da orientação tomada pela Frelimo, desertou e juntou-se à recém-formada Renamo Nacional, dirigida por André Matsangana. Após a morte em combate de Matsangana assumiu a liderança e presidiu a luta durante 15 anos. Superou as negociações com a Frelimo e assinou os acordos de paz em Outubro de 1992.

Máximo Dias

NASCEU há 57 anos em Morrumbala (Zambézia) e exerceu várias profissões para custear os estudos, acabando por se licenciar em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa. Em finais de 1973 fundou o Grupo Unido de Moçambique (GUMO), com o fim de pressionar o Governo português a negociar com a Frelimo. Depois da independência exilou-se em Portugal, onde fundou o Movimento Nacionalista Moçambicano (MONAMO), inicialmente destinado a ser uma frente legal da resistência. Incompatibilizado com a Renamo, optou por concorrer à Presidência proposta pelo MONAMO, desenvolvendo aquilo a que chama de "estratégia didáctica".

Carlos Jeque

TEM 41 anos e nasceu em Marracuene, na província de Maputo. Estudou contabilidade antes de partir para Portugal, onde se licenciou em Direito pela Universidade Autónoma de Lisboa. Exerceu funções de destaque em diversos empregos portugueses e moçambicanos, aderindo à Frente Unida de Moçambique (FUNU), em 1982. Abandonou o partido dois anos mais tarde, quando já exercia funções de vice-presidente. Pouco depois anunciou a sua intenção de concorrer às eleições presidenciais como candidato independente, com o apoio da Frente de Acção



Afonso Dhlakama
Patriótica, uma formação política de implantação maioritariamente estudantil.

Padimbe Kamati

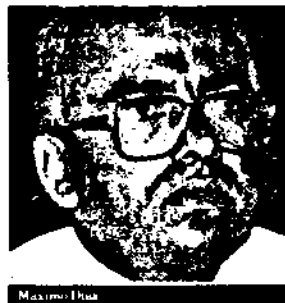
O VELHO malondo, de longas barbas brancas, nasceu em Mueda (Cabo Delgado) e desde cedo se iniciou na luta nacionalista, fundando em 1960 o Partido do Progresso do Povo Moçambicano (PPPM). Em 1962, depois de ver o pai e um irmão mortos pelas autoridades coloniais durante uma manifestação, exilou-se na Tanzânia, onde prosseguiu estudos secundários. Em seguida completou o bacharelato na Universidade Hail Selassie, na Etiópia, antes de se douturar em Ciências Sociais pela Universidade de Washington, nos Estados Unidos. Após os acordos de paz, abandonou os seus negócios em Lisboa para regressar à vida política em Moçambique.

Mário Machel

SOBRINHO de Sámore Machel, nasceu em Chokwé, na província de Gaza, e ali iniciou os estudos secundários, que viria a concluir em Lourenço Marques (Maputo), apesar das perseguições que a PIDE lhe moveu devido ao parentesco com o líder guerrilheiro. Em 1974 começou a leccionar, iniciando no mesmo ano a sua actividade política na Frelimo. Quatro anos depois foi enviado pelo partido para a Tanzânia, onde cursou Diplomacia. A sua candidatura independente à Ponta Vermelha encontrou forte oposição da parte da viúva do Presidente Machel, que o acusou de utilização abusiva do nome da família para autopromoção.

Casimiro Nhamitambo

O "CANDIDATO da juventude", nascido há 36 anos na Mutarara, em Tete, acompanhou os pais para o exílio com sete anos apenas. No Tanzânia, após os estudos básicos, foi obrigado a alistar-se nas forças guerrilheiras da Frelimo, prosseguindo posteriormente treinos militares especializados na Romênia e na União Soviética. Desmobilizado alguns anos depois, concluiu o ensino secundário e ingressou, em 1983, na Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo. Em 1989 participou na fundação do Partido Liberal de Moçambique (PALMO), que abandonou no ano seguinte para criar o Partido Social-Liberal e Democrático (SOL).



Carlos Reis
ACERRIMO defensor do federalismo, nasceu em Milange, na Zambézia, há 54 anos. Em 1966 foi preso pela PIDE acusado de ideias nacionalistas e condenado a sete anos de trabalhos forçados. Uma vez libertado exilou-se no Malawi, onde se juntou à Frelimo. Quatro anos depois da independência voltou a ser preso, desta feita pela Segurança moçambicana, sob acusação de simpatias pela Renamo. De novo procurou refúgio no Malawi, de onde partiu para a legal, já pertencendo durante dez anos. Em 1987 fundou a União Nacional Moçambicana (UNAMO) com o líder esportista zambiano Gimbo Phiri, que abandonaria posteriormente o partido.

Wekia Ripua

PRESIDENTE e fundador do Partido Democrático de Moçambique (PDMO), Ripua nasceu em Marrupe, no Niassa, em 1947. Aos quatro anos foi viver para a Tanzânia, onde completou o ensino básico. Fundador da Frelimo em 1962, recebeu treino militar na URSS e integrou o primeiro grupo de guerrilheiros infiltrado em Moçambique. Nos anos seguintes, exerceu importantes cargos, incluindo o comissariado provincial da guerrilha em Cabo Delgado. Em 1972 partiu para a Romênia, onde concluiu estudos de Direito, regressando cinco anos depois a Moçambique para trabalhar nas ministérios da Justiça e dos Negócios Estrangeiros.

Ya-Qub Sibindy

CONTERRÁNEO e parente de Afonso Dhlakama, iniciou a vida política aos 16 anos, integrando a guerrilha da Frelimo em 1972. Depois da independência permaneceu ligado às Forças Armadas, chefiando o departamento de controlo do Ministério de Defesa, com patente equivalente a capitão. Abandonou o exército depois de um irmão ter sido fuzilado por divergências políticas e dedicou-se à advocacia até 1986, data em que se converteu ao islamismo. No ano passado fundou o Partido Independente de Moçambique (PI-MO), que após a sua "candidatura avulsa" à Presidência da República.

João Pêlo de Sá

Refugiados moçambicanos revêem em filme a sua odisséia

Maria e a Árvore dos Antepassados

PÚBLICO, 20.10.94

Luis Pedro Nunes, em Tsachirire, Tete

Uma equipa de filmagens realizou um documentário sobre o regresso a Moçambique de uma das milhares de famílias que se refugiaram nos países vizinhos. Um ano depois foram à aldeia, no meio do mato, projectá-lo frente à sua palhota, o que criou susceptibilidades nas relações de poder ali existentes. Mas no fim, a aldeia rendeu-se ao choro de Maria, ajoelhada na Árvore dos Antepassados a pedir perdão por os ter abandonado durante nove anos. Se bem que devido a uma guerra brutal.

Maria Ferrão nunca acreditou que a equipa de filmagens cumprisse a promessa de projectar o filme na

sua aldeia. Durante dois meses — há precisamente um ano — eles acompanharam o seu regresso desde o Malawi, onde ela

e a família se tinham refugiado durante nove anos para fugir da guerra em Moçambique. E agora ali estavam eles para mostrar um filme, coisa que ela só tinha visto uma vez "no tempo dos azungo" (brancos). Neste, ainda por cima, Maria Ferrão é a própria protagonista.

Chegar à aldeia não é fácil. Fica aproximadamente a 100 quilómetros de Tete e a determinado ponto tem que se virar numa picada onde mais à frente se descobrem algumas palhotas. Para mais este não é o "centro" da aldeia, dado que esta possui vários núcleos, sendo o principal o da palhota do chefe, que fica a dois quilómetros de distância. Maria Ferrão (que tal como toda a aldeia só fala chi-

chewa) ri de alegria e cumprimento de aperto de mão vigoroso a todos os forasteiros. "Nunca pensei que viessem", diz através da tradutora. Recebe duas prendas (capulanas, os panos coloridos que fazem as saias) que corre a esconder.

O filme documentário "A Árvore dos Antepassados", realizado pelo moçambicano Licínio Azevedo para a BBC, acompanha o regresso de Maria Ferrão, do sobrinho Alexandre e de mais 20 membros da família de um campo de refugiados do Malawi até Tsachirire, a aldeia. Para o Malawi foi também Alexandre quem os guiou, com base numa lista com os nomes de 109 aldeias de-

Continua na pág. 10

Eleições pacíficas poderão ser última hipótese de viabilidade da barragem

Cahora Bassa a fazer figas

PÚBLICO, 20.10.94

DA ADMINISTRAÇÃO portuguesa da barragem hidroeléctrica de Cahora Bassa a posição oficial é de que "não há ligação nenhuma entre a barragem e as eleições". Mas há, entre os 180 portugueses que ali trabalham, a convicção de que esta é a última oportunidade para viabilizar o gigantesco projecto. Mais guerra será insustentável. E não é para menos.

O prejuízo anual ronda os 50 milhões de contos. A barragem está a funcionar a um por cento da sua capacidade, dado que a corrente eléctrica não chega ao comprador para o qual foi construída, a África do Sul. E, mesmo

em termos de funcionamento, é muito mais complicado ter este monstro subproveitado — exige, por exemplo, uma escala de funcionamento dos geradores, para laborem, alternadamente, durante um período mínimo de manutenção — do que se estivessem a produzir em pleno. Actualmente, existe o plano de pôr Cahora Bassa a enviar electricidade para a África do Sul dentro de 36 meses, o tempo que demorará a recolocar 1800 dos 2400 postes que, por 1500 quilómetros, unem a barragem ao país comprador da energia. Os custos serão enormes.

Albino Relvas, electricista que desempenha funções de chefe de turno é dos que está a torcer para que tudo dê certo em Moçambique. Tem 44 anos,

é grande, encorpado, de brinquinho e calças rasgadas nos joelhos e fala da barragem e da empresa com evidente orgulho. "A barragem produz mais energia que duas centrais nucleares. Estamos a 800 quilómetros do mar, mas, se o dique cedesse, a onda chegaria a Madagáscar." Dá para acreditar: a albufeira de Cahora Bassa é uma banheira de 240 quilómetros de comprimento por 70 de largura.

A empresa, para manter 180 portugueses e respectivas famílias neste fim do mundo (a cidade mais próxima, a 130 quilómetros, é Tete, que fica a 1700 de Maputo), não se poupa a esforços. Com a barragem desenvolveu-se a pequena cidade do Songo, de 20 mil habitantes, e que é um oásis

da organização. Aliás, não entra no Songo quem quer. É preciso levar uma guia de acesso, dactilografada pela delegação da empresa em Tete, para depois se passar o controlo policial, deixando-se lá o passaporte ou outra identificação. As ruas limpas, calmas, pacatas, ostentam cuidadas zonas de verde. Na barragem a organização é impecável. Nada está sujo, tudo minuciosamente cuidado, pintado, encerado.

Albino Relvas teria muito menos em Portugal do que o que ali tem:

Continua na pág. 11

Continuação da pág. 9

Maria e a Árvore dos Antepassados

PÚBLICO, 20.10.94

senhada pelo chefe Chitaseco Nowa. Ao chegar à primeira aldeia Alexandre teve de perguntar pela segunda até chegar à fronteira. E assim foi, no ano de 84. Para lá foram dez pessoas. No regresso contaram-se 22. Houve, contudo, uma baixa de peso: o marido de Maria abandonou-a, fugindo com uma malawiana.

Aos 44 anos, Maria, num país estrangeiro, ficou depositária das tradições daquele grupo do clã. A sua primeira obrigação, no regresso, seria dar "alimento" à sagrada Árvore dos Antepassados e pedir-lhes perdão por os ter abandonado. No documentário, legendado em português, Maria vai transmitindo a Alexandre alguns dos cerimoniais. Durante centenas de quilómetros e sem dinheiro, a família foi lentamente caminhando, carregando todas as suas posses: sete sacos de milho, alguns fardos de roupa, uma mesa, duas cadeiras e o bem mais precioso, uma porta.

Durante a viagem, Maria chora a morte de familiares, quando pede a Alexandre para que ele leia a única carta que receberam (um extenso relatório do óbito), mas lamenta-se uma única vez. Diz não perceber o abandono do marido e pergunta: "O que é que ela tem melhor que eu?"

Os 50 minutos de documen-

tário vão acompanhando as ansiedades e expectativas das famílias, em diferentes paisagens. "Esta gente de Angónia é má gente fabricam relâmpagos", diz a certa altura Maria Ferrão. Ou: "Aqui comeram mortos, transformaram-se em hienas." Ou vem-se, na estranha sonoridade do dialecto chichewa, as histórias que contam às crianças sobre a terra natal: "Vamos semear e comer até encher a barriga, iremos à caça de rater do campo."

Cinema no mato

Ali estavam, portanto, dois elementos da equipa de filmagens para projectar o filme. Maria correu a buacar as crianças e até a mostrar o cão que no filme ainda era cachorrinho.

São quase cinco horas e está-se entre a hora da mosca e a hora do mosquito. Dezenas de moscas, pequeninas e irritantes, agarram-se ao corpo. A aldeia, este núcleo da aldeia, consiste numa dezena de palhotas, cercadas de mato, à beira de uma picada, numa zona do país semidesértica, onde as temperaturas rondam sempre os 40 graus. O paraíso que Maria Ferrão chorou de saudades por dez anos.

A projecção exigiu bastante logística. Um jipe com um gerador e megafones, um projector

de vídeo e um ecrã que se pendura numa árvore. É necessário ir cumprimentar o chefe-curandeiro (ver na página ao lado texto "O irredutível da aldeia").

A hora marcada e anunciada pelos diferentes pontos da aldeia ainda estão muito poucas pessoas. Maria preparou-se para a ocasião, e vestiu as suas melhores capulanas e está sentada no chão, com muitas crianças, numa esteira, a aguardar. A tradutora vai tentar perceber porque é que as pessoas não vêm. É um problema complicado e sensível: na aldeia acham que o filme só poderia ser projectado frente à palhota do chefe, por isso recusam-se a aparecer.

Na produção ainda põem a hipótese de mudar de local, mas depois decidem não alterar nada porque a homenagem era a Maria Ferrão, mulher de armas, abandonada pelo marido numa sociedade onde os homens mandam e as mulheres trabalham. Mas a vaidade do chefe Chitaseco fala mais alto. E ele sabe que aparece por minutos no filme e acaba por comparecer. A aldeia também. Mas, no início, segundo a tradutora foi apanhando, as pessoas murmuravam o seu desagrado.

Finalmente, pelas 18h30, noite cerrada no meio do mato, sob o Cruzeiro do Sul, e com linguas de calor que a brisa carrega,

vê-se: "ABBC Production"...

A escuridão não permite ver as expressões das pessoas e de início ouvem-se, sim, as gargalhadas gozadas das crianças ao verem no ecrã os miúdos amigos que estão ali ao lado. Mas progressivamente todos vão ficando em silêncio. Olinda, a tradutora que mandámos para o meio da centena e meia de pessoas que se reuniram (homens de pé, mulheres sentadas no chão), diz que todos estão a gostar e que estão a achar comovente. "Dizem todos que aquilo foi realmente o que todos ali sofreram. Afinal, aquela também é a história deles, pois durante a guerra só o chefe Chitaseco e seis pessoas ficaram na zona, escondidos nas montanhas. Os outros foram todos para os países vizinhos."

O filme termina com Maria Ferrão ajoelhada, a chorar, na Árvore dos Antepassados, na cerimónia "Kuthira Azimo". "O filme é muito sentimental", diz. "Estou muito satisfeita, nunca pensei que aquele trabalho todo desse um resultado tão bom", traduz Olinda, do chichewa de Maria Ferrão. De alguns pontos da província de Tete chegam rumores de que há refugiados que estão novamente a voltar ao Malawi, por causa da fome. Maria não põe sequer essa hipótese. "Aqui tenho tudo." ■

O irredutível da aldeia

PÚBLICO, 20.10.94

CHITSECO Nowa tem uma cara que parece talhada a escopro. Raramente ri. Ao receber forasteiros na aldeia tira o chapéu e cumprimenta de aperto de mão. As mulheres correm a buscar cadeiras e também estendem a mão, fazendo uma ligeira vénia. Chitsecó é chefe e curandeiro, desta e de outras aldeias da região. O conjunto das duas funções dá-lhe um poder enorme. Por ser chefe põe, dispõe, manda, decide e resolve. Por ser curandeiro sabe dos males do corpo e da alma, amores e traições de todas as aldeias. E, a fazer fé na expressão facial, não é propriamente um homem brando.

Durante a década de guerra feroz na região, foi dos únicos a ficar, escondido nas montanhas. "Um chefe não pode abandonar a sua aldeia, por causa do moral", diz em chichewa. Fala um pouco de português, um pouco de inglês, mas responde na sua língua, nunca olhando o interlocutor nos olhos.

Aceita dar consulta a um branco. Surge dez minutos depois, vestido com roupa lavada e de ocasiões especiais, e recebe dentro da palhota, a melhor da aldeia e com paredes de barro seco, sentado no chão sobre uma esteira. Avisou antes que "não tem espíritos", só trabalha com ervas.

Ouve os problemas atentamente, via tradutora, e sempre a olhar para os muitos saqui-

nhos de ervas e pós. Para um dos problemas expostos diz que a solução seria uma tatuagem na testa, mas avança com uma alternativa que consiste em fazer um creme e espalhar todos os dias na cara. E um amuleto, um saquinho azul pequeno, todo cozido, com ervas lá dentro e que tem de ser sempre, mas sempre, transportado no bolso, nunca à vista. Para mais, é proibida a ingestão de determinado peixe africano de rio.

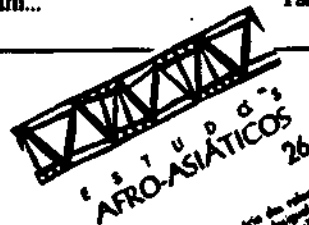
Vai cobrando diversas maquias em dinheiro, que guarda sem contar. Na entrega das coisas que receita, o consultado, por sua ordem, tem de puxar, quase arrancar, das suas mãos o que quer receber. Tudo termina em 30 minutos; 50 mil meticais custa a consulta, pouco mais de mil escudos.

A noite, depois do filme, oferece um jantar. A luz dos farróis do jipe, as mulheres servem um caril de galinha com "ntsimba", uma massa quente feita de farinha. Ele senta-se um pouco para o lado, num banco, o irmão num banco menor. Mulheres e homens da aldeia, mas mais afastados, e a criançada mantém-se bem ao largo. Oferecemos-lhe uma garrafa de vinho e ele vai imediatamente

deitar um pouco na Árvore dos Antepassados.

Aceita falar sobre a sua vida. Em 1954, teve de fugir aos n'haus, uma associação secreta de certas tribos que forma uma seita do mal, dizendo-se os seus membros possuídos de espíritos negativos. "Fui para o Malawi para me tratar e aprendi eu a tratar." Durante anos teve uma vida atribulada e foi mineiro em diversos países da região. Entretanto, foi aprendendo os segredos, até se tornar curandeiro. Mostrou então um papel, velho e já rasgado pelo uso, passado pelo Partido Frelimo, que atesta e declara "a quem interessar" que Chitsecó pertence ao Núcleo dos Curandeiros. "À noite, sonho com raízes e é assim..."

Em 1982, tornou-se chefe da aldeia. Resume as suas funções: "Trato das zangas e das cerimónias, as pessoas falam comigo e eu e o meu irmão conversamos e decidimos." Ao poder de chefe, junta-se o de curandeiro. "Os problemas que os homens mais têm são doenças, preocupações, sorte, falta de mulheres, não funcionar ou falta de fogo..." E as mulheres vêm também? "Ooo! De manhã até ao pôr do Sol vêm ter comigo para consulta. Elas é por causa das doenças venéreas, porque o marido não sossega em casa, ou para que eles não funcionem quando vão ter com outra." Não admira que Chitsecó Nowa detenha um poder quase absoluto na aldeia de Tsachirire. ■ L.P.M.



Abandonar a unidade do partido...
...a unidade do partido...
...a unidade do partido...
...a unidade do partido...
...a unidade do partido...
...a unidade do partido...
...a unidade do partido...
...a unidade do partido...
...a unidade do partido...
...a unidade do partido...



Continuação da pág. 10

Cahora Bassa a fazer figas

1976, foi preso pela Frelimo. Era a época da caça às bruxas e qualquer denúncia absurda de um adolescente era suficiente para se passar uns dias num calabouço do novo país de partido único, marxista-leninista da linha dura.

Um dia, chegado a Tete e tendo de passar a noite em casa de amigos, deu dinheiro ao modo empregados, numa ampla vivenda com jardim, vídeo, satélite, aparelhagem de som, uma mota e um barco, além de que, garante, a sua situação "é financeiramente bastante compensadora".

Esta é a sua segunda "comissão" em Cahora Bassa. Esteve lá, a seguir à independência, até 1981, quando se iniciavam os "anos de chumbo" da guerra, das incertezas e insegurança. Logo que chegou, em

torista para que ele dormisse num hotel. Na manhã seguinte foi detido, durante duas semanas. "Fui acusado de ter subornado um moçambicano para poder sabotar a ponte sobre o rio Zambeze." Foi a empresa quem o tirou de lá. Em 1981 voltou a Portugal, mas nunca se conseguiu adaptar, diz.

Regressou há 13 meses e vive com "uma namorada" e alguns dos cinco filhos que tem de quatro mulheres. "Quero é curtir, ir na moto até à Beira, à praia, ou ao Malawi e Zâmbia.

Tal como os outros portugueses, não toma partido por ninguém nas eleições. Faz apenas figas para que tudo corra bem. "Começamos logo por ter de 'torcer' quando foram as eleições na África do Sul. Se isto aqui dá para o torto, talvez tenhamos que fazer as malas e fechar as portas." ■ L.P.M.

Dhlakama recebido com euforia em Maputo

PÚBLICO, 21.10.94

O LÍDER da Renamo, Afonso Dhlakama, chegou ontem à tarde à capital moçambicana, e teve uma recepção muito além das expectativas: uma carrinha de caixa aberta desfilou durante quase duas horas nas artérias de Maputo, sendo seguida por uma grande caravana. Por toda a cidade pessoas apareciam nas janelas acenando a Dhlakama, o que pode ser interpretado como um sinal de que Maputo não irá votar esmagadoramente em Joaquim Chissano, tal como a Frelimo tem vindo a anunciar. O líder da Renamo organiza amanhã um comício na capital, seguindo para a Beira para o encerramento da campanha. Chissano termina segunda-feira em Maputo o seu periplo pelo país e a Frelimo promete arrasar a oposição com uma superprodução.

No aeroporto, Dhlakama deu uma breve conferência de imprensa onde reafirmou que não há interesse em reunir-se com Joaquim Chissano antes das eleições de 27 e 28, por ambos se encontrarem ocupados com a cam-

panha eleitoral; que os jornalistas lhe andam a deturpar as palavras e que nunca disse querer deportar Chissano para a África do Sul; que a era da luta armada não voltará e a Renamo é actualmente e apenas uma organização política; e que os rumores de crises na Renamo não passam de propaganda da Frelimo. "Ninguém vai sair da Renamo, se em 16 anos não saíram não era agora, a poucos dias das eleições, que o iriam fazer... Estamos unidos!"

Quanto à questão de aceitar ou não os resultados eleitorais, Dhlakama diz que "se alguém fabricar fraudes nunca iremos aceitar os resultados, vamos exigir [a repetição das eleições] democrática e pacificamente". E para o candidato da Renamo, não será a comunidade internacional que irá resolver a situação, caso se verifique esse cenário. "O povo moçambicano saberá arranjar mecanismos para repetir as eleições, a comunidade internacional não está aqui para forçar a nada." ■

Luís Pedro Nunes, em Maputo

Persiste o cepticismo em Angola

PÚBLICO, 21.10.94

GRANDE PARTE da população angolana continua céptica quanto à possibilidade de vir a ter paz por altura do décimo nono aniversário da proclamação da independência, em 11 de Novembro, apesar de o medianoiro Aboune Blondin Beye ter anunciado segunda-feira a conclusão das negociações de Lusaca.

Nos órgãos de comunicação social de Luanda, cidade onde Blondin Beye estava ontem à tarde, para uma reunião com o Presidente José Eduardo dos Santos, considera-se que o representante do secretário-geral das Nações Unidas teria sido algo precipitado quando há quatro dias deu claramente a entender que a paz era já um dado adquirido.

O que acontece é que o diplomata maliano tem agora de fazer um esforço extra, em Luanda e no Huambo, aonde hoje se deve dirigir, para suplantar a profunda desconfiança que continua a existir entre os adversários e conseguir finalmente a rubrica do protocolo de Lusaca durante a próxima semana.

Se assim for, se realmente se conseguir antes do fim deste mês rubricar aquele documento, verifica-se então uma reunião das chefias militares do Estado angolano e da UNITA, para acertar pormenores do cessar-fogo. E só quando as armas se calarem, lá para meados de Novembro, na melhor das hipóteses, é que José Eduardo dos Santos e Jonas Malheiro Savimbi poderão ir a Lusaca assinar formalmente o acordo de paz, que é um complemento e um reforço daquele que há três anos e meio foi obtido em Portugal.

A batalha do Soyo

Entretanto, marcada pela segunda vez, depois de ter ficado sem efeito a convocatória feita para a semana passada, deverá reunir-se este fim de semana no Huambo a Comissão Política da UNITA, a fim de debater se ratifica ou não o protocolo de Lusaca, tal como está pronto a ser rubricado. Mas em meios diplomáticos receia-se

muito que essa ratificação possa estar dependente daquilo que o grupo de Savimbi considera uma tentativa governamental para a conquista de terreno à última hora, antes de se chegar ao cessar-fogo.

Lugar especial neste espectro das últimas batalhas antes da paz tão demorada está a assumir uma aparente tentativa do Estado angolano para ocupar o município do Soyo, junto à foz do rio Zaire e frente ao país de Mobutu, velho simpatizante da UNITA.

Já se sabia no passado fim de semana que as forças governamentais haviam ocupado N'zeto (a antiga Ambrizete) e que avançavam aparentemente para norte, a caminho da região petrolífera do Soyo. E ontem surgiu a notícia de que, do outro lado do grande rio fronteiriço, uma criança foi morta e um adulto ferido num ataque aéreo angolano à zona onde se situa a base zaireense de Kitona, como se Luanda pretendesse neutralizar a rectaguarda do inimigo.

No entender de fontes diplomáticas, novos avanços dos homens do MPLA, no sentido de reconquistar o Soyo ou de se aproximar da cidade do Huambo, farão gorar quase todo o trabalho feito desde há um ano em Lusaca e desmentirão as esperanças de Blondin Beye quanto à paz angolana como

dado adquirido.

Por isso mesmo é que, conforme o noticiário da agência Reuter, o medianoiro da ONU foi ontem a Luanda e deverá ir hoje ao Huambo com uma dura mensagem do secretário-geral Butros Butros-Ghali, no sentido de que é essencial rubricar o protocolo de Lusaca no início da próxima semana. Para que eventualmente as chefias militares iniciem os seus trabalhos antes do fim de Outubro e o cessar-fogo possa ser uma realidade, pelo menos teórica, durante a segunda semana de Novembro. A tal perspectiva em que poucos angolanos acreditam, depois de mais de 20 anos de animosidades entre o MPLA e a UNITA.

Para além de todas as divergências sobre a melhor oportunidade e instância para se fixar o estatuto de Jonas Savimbi como líder da oposição (Ver PÚBLICO de ontem), há ainda por esclarecer publicamente a futura administração de alguns municípios. Verificaram-se movimentações diplomáticas no sentido de o Lobito ser cedido à UNITA, mas os históricos do MPLA insistem em que todo o litoral deverá ficar na posse da administração central. ■

Jorge Heitor, com Aguiar dos Santos em Luanda

FAÇA JÁ SUA ASSINATURA DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS LIGUE 531-2000 RAMAL 259
FAÇA JÁ SUA ASSINATURA DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS LIGUE 531-2000 RAMAL 259
FAÇA JÁ SUA ASSINATURA DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS LIGUE 531-2000 RAMAL 259
FAÇA JÁ SUA ASSINATURA DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS LIGUE 531-2000 RAMAL 259
FAÇA JÁ SUA ASSINATURA DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS LIGUE 531-2000 RAMAL 259
FAÇA JÁ SUA ASSINATURA DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS LIGUE 531-2000 RAMAL 259
FAÇA JÁ SUA ASSINATURA DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS LIGUE 531-2000 RAMAL 259

O palácio Dhlakama

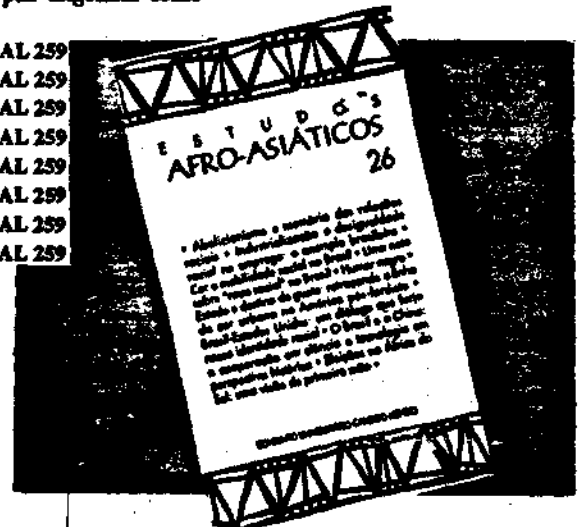
PÚBLICO, 22.10.94

A CRUZADA moçambicana rumo à democracia tem trazido muitas revelações interessantes. Em plena campanha eleitoral, além das previsíveis acusações mútuas das partes envolvidas no processo, muito se tem falado das benesses que a política caseira permite. Afonso Dhlakama, o "boss" da Renamo, parece que aprendeu depressa com os seus irmãos da Frelimo. Acaba de adquirir um palácio no Alto da Parede, em Portugal, avaliado em cerca de 40 mil contos, com a ajuda de "amigos portugueses", segundo informações colhidas por P&N em Moçambique. Foi caso para alarde no "Notícias", o principal diário do país e umbilicalmente ligado ao regime. Do que o jornal não falou — e é pena que o não tenha feito — foi dos grandes palácios que muitos dos altos dirigentes ainda no poder "compraram" ou estão a "construir" por todo o país, mas também em Lisboa, Madrid, Roma, Joanesburgo, etc., etc. Quanto aos "amigos portugueses" de Afonso Dhla-

kama, P&N dá um doce a quem descobrir quem são. Para ajudar, podemos adiantar que não se trata nem de políticos nem de qualquer empresa. ■

Tempos ocupados

ENQUANTO a paz não chega a Angola, as delegações da UNITA e do Governo que se encontram em Lusaca não perdem uma oportunidade para testar o calor do reencontro entre os irmãos desavindos. Os membros de ambas as comitivas, quando não estão embrenhados na busca de um acordo de paz, têm-se destacado pela prontidão com que atacam as "nguenda" (como se chamam as farras em Luanda). Foi o caso da grande "festa tropical" organizada num luxuoso hotel de Lusaca, a que não faltaram Higino Carneiro e Jorge Valentim. Outra ocupação de Higino Carneiro, muito notada pelos jornalistas, é o golfe, cuja prática tem também servido de desculpa, sempre que o chefe da delegação governamental quer recusar algum pedido de entrevista. ■



Rei zulu visita Belém

PÚBLICO, 22.10.94

O REI dos zulus, Goodwill Zwelithini, que se encontra de férias em Portugal, essencialmente no Algarve, com uma comitiva de nove pessoas, prorrogou por um dia a sua estada a fim de corresponder a um convite do Presidente da República, Mário Soares, no sentido de na próxima segunda-feira ir almoçar ao Palácio de Belém. Goodwill Zwelithini, que nos últimos meses tem vindo a desempenhar um grande papel na reconciliação entre todos os zulus, os que são afectos ao partido Inkatha, de Mangosuthu Buthelezi, e os que preferem o ANC, de Nelson Mandela, veio descansar uma semana à Europa a convite de um dos empresários madeirenses que exercem a sua actividade na África do Sul, José Mateus de Castro. E logo na segunda-feira passada, dia da sua chegada, jantou na residência do embaixador sul-africano, Pieter Swanepoel, tendo partido na terça para o sul do país. O regresso à África está agora previsto para segunda-feira ao fim da tarde, via Paris, depois do almoço em Belém, onde aliás já há dois anos o soberano foi recebido pelo Presidente Soares, durante uma sua anterior estada em Portugal. ■

Uma aldeia chamada Moçambique

PÚBLICO, 22.10.94

Numa aldeia perdida no norte moçambicano, a democracia aprende-se à conversa no largo junto às palhotas. E a convivência partidária é exemplo de entendimento e liberdade de expressão

HENRIQUE MONTEIRO Enviado a Moçambique

«QUÉRRE... quérre...». António Simbine traçava no ar uma grande cruz enquanto pedia a todos que gritassem «quérre... quérre». «É assim que se vota», explicava este membro do CC da Frelimo e governador de Cabo Delgado ao povo de Ingoane, uma aldeia isolada nesta província de Moçambique, que visitava pela primeira vez.

Os populares presentes repetiam: «Quérre... quérre». Mas não bastava saberem isso para votarem. Simbine logo os interrompeu: «Isso é para quem sabe usar uma caneta. Para aqueles que não sabem é assim: tem aqui a tinta, põe lá o dedo e... pim, no quadrado», afirmou em português (logo traduzido para a língua local, o quimoane) enquanto fazia o respectivo gesto. E o povo repetia: «Pim... pim».

Eram 11 da manhã e o comércio estava quase a acabar. Simbine uniu-se a andar dali o mais depressa possível, pois esperavam-no em Macomia, a 65 quilómetros, e a picada, em tão mau estado, leva quase três horas a percorrer num 4X4. E com chuva só de tractor se passa.

Os irmãos Abdul Karimo, Cassamo e Nurmomade, ofereceram uma última bebida ao governador. Cassamo emprestou a sua «Toyota» à comitiva e os dois desfizem-se em agradecimentos.

Ingoane voltou à normalidade com a partida de Simbine. Nas traseiras da loja dos irmãos Karimo, muitos homens se agrupavam para dizer a Nurmomade que se lembravam dele, que tinham brincado juntos, jogado futebol no imenso largo de areia entre a loja e o mar que corta a aldeia de palhotas mais ou menos ao

meio. As conversas acabavam sempre com um cumprimento através do qual Nurmomade deixava cinco ou 10 mil meticais nas mãos do antigo companheiro de brincadeiras.

Há um ano que não ia à terra. Como o seu irmão Cassamo, também ele está estabelecido na capital da província, a cidade de Pemba (ex-PortoAmélia). De origem indiana, a família Abdul Karimo é a mais importante de Ingoane e, à boa maneira da tradição muçulmana, desempenha as funções de segurança social. As viúvas, os velhos, os desamparados, podem contar com ofertas de alimentos e dinheiro dos irmãos Karimo, que vão pagar cinco anos de ordenado a um enfermeiro para que ele possa prestar alguma assistência àquela terra isolada.

Por isso era natural que, sabendo da visita do governador, tenham largado Pemba e percorrido os penosos 300 quilómetros em mais de seis horas, para o receberem e lhe darem dormida em sua casa, uma das três de alvenaria que contrastam com as dezenas de palhotas da aldeia.

Mas, agora, que ele já se tinha feito ao caminho, era altura de relaxar. Sentados no alpendre da velha casa do pai, onde tinham nascido, riam e falavam na língua local com os homens da terra.

«Agora conhecem Deus»

Simbine já tinha avisado que esta gente das aldeias sabe mais do que parece. O que há é um problema de tradução de conceitos: «Em quimoane ou makua tu não tens palavras para democracia, para voto, para partido», tinha-me dito o governador naquele jeito moçambicano de tratar todos por tu. «E por isso — afirmava — é que muitas vezes as pes-

scas da cidade são levadas a pensar que eles não percebem o que se passa».

Tinha razão. Naquele pátio da casa dos Abdul Karimo, os homens sabiam bem o que fazer, apesar de poucos dominarem o português. «Porque é que vais votar na Renamo?», perguntava Babo a um dos velhos criados de seu pai. «Mas a escolha não é secreta?», respondeu-lhe o homem. E logo outro, quando lhe foi perguntada a opinião, ripostou: «Olha, se a Frelimo ganhar vou no dia seguinte à pesca. Mas se a Renamo ganhar vou à pesca no dia seguinte». Já um terceiro, sentado no chão, dizia: «Mesmo que a Renamo não ganhe já lavou a cabeça à Frelimo. Eles agora já conhecem Deus». Todos os homens se riram com esta frase.

A aldeia é muçulmana e conheceu bem a fase de perseguição religiosa movida pela Frelimo. Ainda há poucas horas tinham visto o governador erguer as palmas das mãos para cima, como o resto dos homens, quando o xá de Ingoane, de túnica e cofió branco, um homem alto e esguio, dizia as orações.

Tinha sido Cassamo a ir buscar aquele que na aldeia ensina a lei islâmica. O «muezzin» tinha dúvidas em rezar orações para os frelimistas, mas convenceu-se e disse-o com ar imponente ao lado de uma esvoaçante bandeira da Frelimo.

Não havia dúvida que muitas coisas tinham mudado naquela aldeia longínqua defronte do mar, duas vezes assaltada pela Renamo, onde agora convivem ideias diferentes. Longe vão os tempos coloniais, quando o povo foi obrigado a destruir as palhotas no largo em frente à casa dos Abdul Karimo

para as reconstruir, ordenadamente, em ruas paralelas; quando toda a aldeia estava cercada de arame farpado por causa das ameaças da Frelimo, que lutava contra os portugueses. E diferente do tempo da guerra civil, quando os muçulmanos temiam pela sua liberdade de religião, naquela pequena aldeia orgulhosa das suas três pequenas e pobres mesquitas.

«Galos cansados»

Claudino Abreu, português natural de Massarelos e portista ferrenho, comerciante em Pemba há 37 anos, concorda que ali, no Norte, se respira mais liberdade: «Isto aqui é muito melhor do que o Sul em qualquer sítio. Olha lá em Portugal. Eu há 13 anos que não saio daqui. Não vou a Maputo, nem sequer a Nam-pula». O mesmo pensa Juventino Santos, um transmontano que foi «ranger» em Lamego, fez tropa em Cabo Delgado e aqui ficou. Já esteve em Portugal uns quantos anos, mas depois voltou para o seu pequeno restaurante em Pemba, onde há sempre lugar para uma conversa.

Medo da guerra ninguém tem. «A Renamo e a Frelimo são dois galos cansados», diz Mário Gaspar, outro comerciante, este moçambicano e mulato, com razoável optimismo.

Em Pemba, ao contrário do sentimento que se sente em Maputo, respira-se um ambiente de liberdade e distensão. Cada qual diz o que pensa e respeitam-se ideias diferentes. De que outra maneira podia ser numa cidade cheia de sol, à beira-mar, com uma baía considerada das mais bonitas do mundo e praias de água quente e calma onde abunda o peixe e o marisco?



Moçambique: Chissano e Dhlakama empatados

EX-PRESSO, 22.10.94

HENRIQUE MONTEIRO
enviado a Moçambique

A CINCO dias das eleições moçambicanas, que se disputam nos próximos dias 27 e 28, nenhum observador independente arrisca um vaticínio. A Renamo deverá ter predominância nas províncias do Centro do país (Zambézia, Manica e Sofala), enquanto a Frelimo tem bastante avanço ao sul do rio Save (Inhambane, Gaza e Maputo). Com os dois partidos a equilibrarem-se, os três últimos dias da campanha, que acaba na segunda-feira, são decisivos.

No entanto, todas as previsões serão absolutamente falíveis num país que nunca votou e onde os meios de comunicação são incipientes. Só há jornais nas grandes cidades e a televisão

apenas chega a Nampula, Beira e Maputo. A rádio é o único meio de comunicação que abrange a generalidade do país, mas apenas se conhece o impacto da campanha nas cidades e nos principais distritos.

Numa tentativa de assegurar o sucesso do clima pós-eleitoral, os embaixadores dos países observadores do processo de paz vão tentar reunir-se com Chissano e Dhlakama, embora em separado, depois de ter ficado claro que os dois candidatos não estão dispostos a fazer uma cimeira ainda antes das eleições por forma a garantir que os vencidos aceitem os resultados e sejam tratados condignamente pelos vencedores.

Optimismo moderado

Um facto particularmente preocupante, e que provocou uma reunião de emergência da CCF, quinta-fei-

ra, foi a descoberta de cinco vagões de mercadorias repletos de armamento pesado pertencente à Frelimo — que terá viajado de Mapai (província de Gaza) para Maputo sem o conhecimento ou autorização da CCF. O facto só não arrefeceu o relativo optimismo por se tratar de material que não faz sentido ser utilizado numa cidade, já que é constituído por mísseis terra-ar e canhões de 57, 76 e 122 mm.

«Não há sintomas que façam prever uma explosão», afirmou ao EXPRESSO um elemento da CCF, após aquela reunião de emergência.

Porém, muitos observadores consideram que estes três últimos dias serão particularmente importantes. «Este fim-de-semana será um bom barómetro para medir a reacção das pessoas. Veremos se há gente

nas praias e no futebol ou se, pelo contrário, o receio se apoderou dos cidadãos», adianta uma fonte diplomática referindo-se ao facto de muita gente de Maputo estar a marcar férias para o período eleitoral e de se verificar algum açambarcamento de comida.

Um outro aspecto preocupante é um certo sentimento antiportuguês que se faz sentir em certos meios da Frelimo. O semanário «Tempo», tido como o mais radical órgão da imprensa frelimista, já por duas vezes publicou «cartoons» hiper-críticos.

De qualquer modo, de acordo com o cônsul-geral de Portugal, a comunidade portuguesa está bastante calma, apenas se notando um ligeiro acréscimo do pedido de registos de cidadãos portugueses nos consulados de Moçambique.

Com o pássaro na mão

EX-PRESSO, 22.10.94

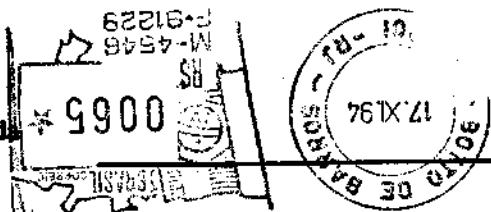
HÁ DOIS anos, quando os acordos de Roma foram assinados e ficou decidida a realização de eleições em Moçambique, poucos apostariam em Dhlakama. Era um homem acessado, quase desconhecido, que presidia a um movimento sobre o qual recaía (e recai) a suspeita de ter cometido horrendos crimes de guerra. Hoje, no final da campanha, nenhum observador isento põe de parte a hipótese de uma segunda volta. Dhlakama tem méritos nesta alteração do cenário político moçambicano. Burlou o estilo, foi humilde quando necessário, mas também soube ser ameaçador: tentou imitar com algum êxito o estilo popular de Samora e explorou bem a infundável lista de erros da Frelimo.

Mas o seu principal trunfo foi a extrema inabilidade política — a que alguns chamam indecisão ou falta de poder — do Presidente Joaquim Chissano. Chissano partiu para a corrida com inegáveis vantagens.

A sua subida ao poder, em 1987, coincidiu com a implementação das primeiras medidas de abertura económica e política, já decididas pelo seu antecessor, Samora Machel. Os principais erros da Frelimo tinham sido cometidos quando ele era apenas um discreto mas eficaz ministro dos Negócios Estrangeiros, sempre tido por moderado. Contra ventos e marés, fora ele um dos que empurrara a Frelimo e o Governo para as negociações de paz. E apresentava-se como um homem experiente e, inegavelmente, um dos melhores quadros políticos do seu país. Ninguém duvidava que Chissano teria muito mais votos do que a Frelimo. Porém, inexplicavelmente, o Presidente não se apresentou ao eleitorado como um homem de Estado, acima dos partidos, como poderia ter feito. Deixou que o partido o enredasse, apresentando-o como um mero

candidato da Frelimo. Permitted que as campanhas se misturassem e, ao fazê-lo, passou a ser responsabilizado pelos erros do partido do poder, misturando o seu capital político sólido com o arruinado pecúlio de um partido que, ao fim de quase 20 anos, apresenta como principal argumento para o voto o facto de ter conduzido a luta anticolonial e assegurado a independência do país. Do mesmo passo que Dhlakama passava a ter mais apoios do que a Renamo, Chissano ia restringindo os seus. E assim os dois principais adversários destas eleições dos próximos dias 27 e 28 aproximaram-se. Agora, e pela primeira vez neste país, os eleitores decidirão. Os vaticínios iniciais da vitória folgada da Frelimo e de Chissano foram abandonados. O embaixador inglês explicava à sua comunidade na passada quarta-feira: «This is fifty-fifty.»

H.M.



I M P R E S S O